



Anais da Assembléia

N.º 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1983

(Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Rubens Bueno e Tuguio Setogutte.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessutti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Sr. presidente, solicito a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e procederá à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos srs. deputados). 26 Srs. deputados responderam à chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Em votação a ata. — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números DTL/43, 44, 45, 46 e 47/83, do Sr. governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei sob os seguintes números:

18/83:

Do sr. deputado Ezequias Losso, que retifica as divisas e confrontações descritas no Artigo Primeiro da Lei número 7576 de 12/05/82. (Município de Turvo), o qual convertido em lei tomou o número 7727. - Anote-se. Arquite-se.

55/83:

Da sra. deputada Irondi Pugliesi, que declara de utilidade pública a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS, com sede e foro no Município de Arapongas, o qual convertido em lei tomou o número 7.723. — Anote-se. Arquite-se.

19/83:

Do sr. deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA, o qual convertido em lei tomou o número 7.725. - Anote-se. Arquite-se.

149/82:

Do sr. deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS, com sede na Praça Madre Rafaela Ybarra, s/n, em Marialva, o qual convertido em lei tomou o número 7.726. — Anote-se. Arquite-se.

41/83:

Do sr. deputado Acyr Mezzadri, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, com sede e foro na cidade de Campo Largo, o qual convertido em lei tomou o número 7.724. - Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 34/83, o qual visa dar nova redação ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 102/83, o qual autoriza o Poder Executivo efetivar como funcionários estatutários, servidores que, contratados pelo regime CLT, contem ou venham contar com mais de dois (02) anos de serviços prestados ao Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o sr. desembargador Alceu Conceição Machado, DD. presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando para que no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, o Município de Rio Bom passe a pertencer à jurisdição da Comarca de Apucarana.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz, atendendo aos constantes apelos da população de Rio Bom, que de longa data vem pleiteando sua

transferência, haja visto as melhores condições de acesso à sede da Comarca de Apucarana.

Não só o acesso rodoviário, como também a estrutura comercial existente na Comarca de Apucarana, facilitam o escoamento da safra agrícola produzida na região e melhor se adaptam às necessidades da população de Rio Bom, razão pela qual fazemos tal apelo, a fim de que a distribuição da Justiça seja facilitada em benefício de seus moradores, bem assim ao Poder Judiciário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo sr. José Richa, governador do Estado, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias à exclusão das emissoras de rádio e televisão da "tabela para cálculo da taxa de segurança", anexa à Lei número 7257, de 30 de novembro de 1979.

A referida lei consolidou a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança Pública e a tabela citada indica quais as atividades que estão sujeitas ao pagamento da taxa mensal de segurança pública.

As emissoras de rádio e televisão não são citadas no corpo da lei, e a referência às mesmas somente ocorreu na tabela elaborada.

Porém, não têm os Estados, competência para legislar sobre telecomunicações. As atividades das emissoras de rádio e televisão são regidas pela Lei Federal número 4117, de 27 de agosto de 1982, e especificamente a radiodifusão, e abrangida pelo artigo sexto desta lei.

Os tribunais pátrios têm decidido reiteradamente que os Estados e municípios não podem criar tributos ou taxas que onerem as empresas de radiodifusão. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que "a propaganda ou publicidade de rádio transmitida ou televisionada é uma forma de difusão e, portanto, está ela implícita na comunicação intermunicipal ou regional, cuja competência tributária pertence à União" (Cf. Acórdão prolatado no Recurso Extraordinário número 91.813, datado de 16 de setembro de 1980).

O Paraná é um dos poucos Estados da Federação que ainda mantêm a cobrança da taxa de segurança.

A cobrança é inconstitucional, esperando-se que o excelentíssimo governador do Estado repare a ilegalidade e injustiça que estão sendo praticadas contra as emissoras de rádio e televisão do Paraná, que são responsáveis pela prestação diária gratuita de relevantes serviços de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Nelson Guimarães Vasconcellos, deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições e dentro do que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo sr. Deni Lineu Schwartz, DD. secretário de Estado dos Transportes, pela implantação de via de acesso pavimentado ligando a cidade de Lovat, Município de Umuarama, à PR-323. Trata-se de obra necessária à interligação de localidade de Lovat a Umuarama, que se interrompe às temporadas de chuvas, prejudicando a comercialização e transporte de safras e interrompido o intercâmbio cultural e educacional muito estreito com Umuarama.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao sr. secretário de Estado dos Transportes, materiais para a reconstrução de pontes e rodovias, no Município de Mamborê.

O desleixo da administração anterior do município cotado, mais o período prolongado de altos índices de precipitações, fez com que as diversas estradas e pontes apresentassem perigo quanto ao seu uso ou mesmo inutilizadas.

Neste sentido, estudos quanto à recuperação em síntese, são os seguintes materiais:

CONCRETO	977,70 m3
FERRAGENS	86.700,00 Kg
CIMENTO	70.000 sacos
MADEIRA	231,00 m3.

Estudos estes realizados pela prefeitura municipal de Mamborê.

As estradas prejudicadas por esses fatores, não podem ficar em tal situação, já que isso representa um sério risco à segurança do progresso daquela rica e imensa região, cujas ligações são instrumentos de escoamento das produções agrícolas, em especial.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o trecho do Rio das Cinzas, ligando os municípios de Santo Antônio da Platina e Bandeirantes no Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos o tráfego de veículos entre os Municípios de Santo Antônio da Platina e Bandeirantes é bastante intenso. Na região em que a travessia sobre o Rio das Cinzas, entre esses dois municípios, é feita pela Balsa dos Corsini, o movimento hoje é sensivelmente prejudicado, tanto pela demora quanto pela alta constante nos custos de transporte.

Com a construção de uma ponte de alvenaria nesse trecho, os dois municípios seriam beneficiados, uma vez que haveria rapidez na ligação entre as duas cidades e redução nos custos de fretes etc.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Confaz - Conselho de Política Fazendária, em forma de sugestão, para que em sua próxima reunião examine a possibilidade de reduzir o imposto sobre circulação de mercadorias - ICM, para o comércio de carros usados, de 20 para 10 por cento.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações para com os estudantes Silvana Ganz, Rosi Mouro, Luiza Wagatsuma, Carlos Padilha, Denise Holtman e Geni Takemasa, do Curso de Desenho Industrial da Universidade Federal do Paraná, pela projeção do aparelho "Plandi" (Plantio direto), que ganhou o primeiro prêmio na categoria de profissionais, estudantes e

pesquisadores, no Concurso Implemento Agrícola para o Pequeno Produtor Rural.

Requeiro outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos estudantes acima citados, através do Curso de Desenho Industrial, da UFP.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo sr. Presidente da República, expediente manifestando o apoio desta Casa à iniciativa de industriais brasileiros oferecendo ao Ministério do Planejamento sugestões para a solução da grave crise que assola o País.

Requer outrossim, para que a iniciativa da classe patronal não venha a agravar, ao invés de contribuir para a sua solução a situação aflitiva da classe assalariada, sobre as quais se quer agora transferir o principal ônus do combate a uma situação espúria para a qual ela não contribuiu, sejam também convidados os representantes dos trabalhadores brasileiros para participar dos debates e que deles também se recebam as sugestões que possam oferecer, como principais vítimas da descontrolada situação econômica do País.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o estabelecido na Constituição, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, dr. José Richa, o seguinte pedido de informações:

1. O contrato de Repasse de Empréstimo externo a ser celebrado entre o Governo do Estado e o Banco Nacional do Norte S/A — Banorte, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A, no valor de US\$ 1.000.000.00 se destina a que fim?

2. Para tal empréstimo houve aprovação do Senado Federal e das autoridades monetárias nacionais? Em caso positivo, em que data foram concedidas? Relacionar também outras autorizações do Senado Federal para a caracterização de empréstimos externos e internos para o Estado do Paraná, dentro das Resoluções e desde quando as solicitações paranaenses foram encaminhadas?

3. Qual a taxa de juros do empréstimo do Banorte, prazo e demais condições de pagamento?

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O governo do PMDB, pela autorização que o sr. governador José Richa concedeu à Secretaria de Finanças, acaba de aumentar a dívida externa do Paraná em um milhão de dólares.

Já que esta Casa não aprovou nenhuma mensagem do atual governo autorizatória de empréstimo externo, deve estar o governo se valendo de autorização anterior, votada na administração passada e na legislatura anterior. Como o PMDB e seu antecessor, MDB, votaram sistematicamente contra todos os pedidos de empréstimos externos nas administrações Emílio Gomes, Jayme Canet Júnior, Ney Braga e Hosken de Novaes, é de se registrar que o Governo do PMDB está contraindo esse empréstimo contra a vontade de seus parlamentares.

Deputados do PMDB que faziam no passado violentos discursos quando administradores buscam recursos externos para impulsionar nosso progresso, construíam nossas estradas,

executando obras de real destinação social, votaram, sistematicamente, contra quaisquer pedidos de empréstimos externos.

O PMDB no governo é diferente. Está procurando de todas as formas os dólares que maldizia antes das eleições. Até após a posse do atual governador, tentou-se, canhestramente, orquestrar uma série de acusações de que o Paraná estaria falido. Mas foi o próprio secretário de Planejamento quem se encarregou de desmentir seus correligionários, afirmando que o Governo anterior foi até "tímido" na contratação de empréstimos. Estudos feitos no atual governo pela Fundação Edison Vieira - Ipardes, demonstram cabalmente que o Secretário do Planejamento tinha razão e arrazam, por completo, as irresponsáveis colocações de alguns eminentes próceres peemedebistas.

Agora, vem o governador José Richa se esmerando em conseguir empréstimos em dólares, aqueles que estavam paralisados no Senado pela obstrução peemedebistas, foram aprovados pela maioria pedessista daquela Casa; o empréstimo de US\$ 100.000.000.00 de dólares, para a construção da Usina de Salto Segredo, está em vias de sair. Usina, diga-se de passagem, que o PMDB combatia antes das eleições; o empréstimo de US\$ 150.000.000.00 junto ao BIRD — plano do Governo Ney Braga e do secretário Saul Raiz tão duramente combatido na campanha eleitoral pelo mesmo BIRD, foi aprovado; a solicitação do Paraná de 40 milhões de dólares que estava paralisado há três anos no Senado pela obstrução peemedebista foi aprovado. Isto sem falar nos empréstimos que estão sendo negociados pela Copel, nem da rolagem da dívida já autorizada pelo Governo Federal.

Assim sendo — pela posição do PMDB de ontem e a de hoje no governo — é lícito perguntar-se: este é um empréstimo especial, a taxas reduzidíssimas, a longo prazo?

Ou destina-se a uma grande obra governamental, com alto retorno, em termos financeiros ou sociais?

Se assim o for, o PDS estará a aplaudir o governo. Se não, ficará comprovado ao povo, mais uma vez, a profunda incoerência dos peemedebistas do Paraná.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 120/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI, com sede e foro na cidade de Ibaiti.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Ibaiti, como as demais similares, vem do acordo estabelecido nos seus Estatutos Sociais, prestando inestimáveis e relevantes serviços na assistência à maternidade e à infância da comunidade de Ibaiti, e adjacências, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal através da Lei Municipal número 001/83, de 05/07/83.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento das exigências legais, previstas na Lei 6994, de 10/01/78, que regula no âmbito estadual, o instituto de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê): "O pior bandido que existe é o que esconde a sua maldade atrás de uma estrela de xerife.

O pior crime é aquele praticado em nome da sociedade, acobertado pela autoridade conferida pelo poder público.

Quando o policial é desonesto e prepotente, provoca não somente os direitos dos seus atos ilegais. Também causa dano maior que é o de semear descrença e medo nas autoridades públicas em toda a comunidade.

Comento isso em razão de muitas queixas que tenho recebido contra o novo Delegado de Polícia de Prudentópolis, Arari Rodrigues, que com sua truculência e desonestidade, está apavorando as pessoas de bem daquela comarca.

O Juiz de Direito de Prudentópolis já recebeu três petições pedindo abertura de ação penal contra o delegado Arari Rodrigues, recentemente nomeado pelo Governo do PMDB por razões políticas.

Não é bem o governo do PMDB, não. Nomeado através do ex-deputado Agibert, que aqui nesta Casa se mostrava um liberal, mas que com o mando na mão está desmentindo aquela figura que ele pretendeu criar neste legislativo.

A profissão desse delegado é de motorista de caminhão. Não há nenhum demérito nisso, mas é também vereador do PMDB, razão suficiente para que o secretário de Segurança achasse conveniente nomeá-lo delegado.

Conveniente para o partido político, mas insuportável para a população de Prudentópolis.

Afirmando que Noel Antunes dos Santos era suspeito de um furto, o delegado Arari Rodrigues levou-o para a cadeia. Ali ele foi torturado com golpes de cassetete na sola dos pés e no peito. Até hoje está sem andar. Fez exame de lesões corporais no médico da cidade e entrou com ação contra o delegado.

Outra ação é de Paulo Duchownyj. Também alegando que era suspeito de furto, foi trancafiado no xadrez durante nove dias.

A terceira ação já ajuizada contra o novo delegado de Prudentópolis é do lavrador José Binkoski. Ele tomou um pileque numa boate. Roubaram 50 mil cruzeiros que tinha no bolso, e o dono da tal espelunca, ainda o levou para a delegacia, onde, junto com o delegado Arari Rodrigues, fizeram-no assinar uma promissória de mais de cem mil cruzeiros, mediante ameaças e torturas.

Os fatos que ocorreram em Prudentópolis, são mero exemplo da uma realidade maior e mais triste.

Nos municípios de menor porte, o delegado de polícia não é profissional de carreira, mas uma pessoa da comunidade escolhida por critérios políticos.

Em Prudentópolis, foi Arari Rodrigues; motorista e vereador.

Outros Araris igualmente despreparados, mas talvez até mais truculentos e desonestos, são delegados de polícia em outros municípios. Não poderia ser diferente, quando o critério de nomeação é exclusivamente eleitoreiro, sem preocupação maior de aquilatar se a pessoa tem idoneidade para assumir a investidura de autoridade.

Surgem então as "otoridades" indicadas pelos diretórios dos partidos políticos, integrado ele próprio por gente mais interessada em manter supremacia eleitoreira que na garantia da segurança pública das pessoas.

É urgente reformular esse descritério na indicação de delegados de polícia em municípios do interior. Eu acho que o ideal é sempre nomear bacharéis em direito, delegados de carreira, pelo menos nas sedes das comarcas. Se isso é possível para magistrados e promotores, porque não, também, para delegados de polícia? É justamente o delegado quem exerce o maior poder de coação e força dentro da comunidade. Mesmo entre bacharéis, abusos existem. Que esperar, então, de pessoas

que não têm o mínimo conhecimento jurídico, a mais elementar avaliação dos limites do poder de polícia?

Esperar isso que está aí. Desonestidade, truculência, abuso de autoridade. E descrença das pessoas quanto ao poder público. Medo das pessoas em relação às autoridades que deveriam garantir sua segurança, mas, ao contrário, aparecem como figuras ameaçadoras e violentas.

O Juiz de Prudentópolis certamente usará todo o rigor no julgamento dos graves acontecimentos, denunciados por humildes cidadãos, espancados, presos, extorquidos. Mas é urgente que a Secretaria de Segurança, para prevenir até que essas pessoas não sofram represálias do coice-de-mula, afaste Arari Rodrigues das suas funções. É necessário, também, que o governo repense seu critério de nomeações. Antes da satisfação de um diretório partidário, é mais importante a segurança dos contribuintes que pagam os salários dos policiais.

Finalmente, requeira à Mesa, seja enviada cópia deste pronunciamento ao excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.983.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. presidente, srs. deputados.

O manifesto dos empresários denunciando a regressão econômica no País chega em boa hora. A crise em que nos encontramos é uma crise de competência e de falta de vergonha. Os empresários fazem a crítica das chamadas "estatais" e esta crítica deve ser feita por toda a sociedade.

Não vamos confundir o princípio socialmente justo, o Estado que intervém na economia com o descalabro da má administração das empresas públicas, que não são públicas, e que não prestam contas a ninguém. De resto, na mão da tecnocracia, as estatais no Brasil têm sido um instrumento de desnacionalização da economia. Pelas mãos da Petrobrás, por exemplo, se originou a desnacionalização da indústria petroquímica.

Levanto, desta tribuna, a necessidade de que se tornem públicas as empresas públicas, que se estabeleçam controles pela população, quer através da contribuição de seu controle econômico e financeiro aos cidadãos, aos municípios, aos partidos políticos, pela proporcionalidade de votos, ou por qualquer outro método, que assegure a transparência e a subordinação das estatais, aos interesses das classes populares, das maiores brasileiras.

Não podemos também cair na armadilha ingênua da autogestão, maneira de consagrar o controle definitivo pelo estamento tecnoburocrático da administração do país.

O Estado não tem mais condições de administrar empresas que alguns casos são tão grandes e tão complexas quanto ele. Por outro lado, estas não podem continuar fugindo ao controle pela sociedade. Lanço, nesta ocasião, uma proposta e um desafio a esta Assembléia — estudar a maneira de realizarmos a experiência no Paraná com as nossas empresas públicas.

A Copel, por exemplo, que mobiliza dois terços dos recursos do Estado e a Sanepar que vende água para toda a população. Precisamos ver essas empresas racionalmente administradas como empresas privadas, mas não fugindo ao controle popular, não se subordinando aos estamentos burocráticos que se perpetuam na multiplicação de privilégios.

Analisemos, por exemplo, o caso da Telepar, empresa que ao lado da lenda da eficiência política se esconde atrás das tarifas elevadas e do esquema de autofinanciamento pelo usuário que geram recursos fabulosos.

A Telepar no Paraná tem quatro mil, seiscentos e poucos

funcionários e mil veículos. Funcionários que poderiam fazer um piquenique auto-embarcado, diante da abundância absurda do número de automóveis a serviço do estamento burocrático.

Diárias, gratificações, ajudas de custo, assistência médica, complementação de aposentadoria, vales de compra, cursos de língua, mordomias que não encontram paralelo nas grandes empresas nacionais e multinacionais. Grandes compras da Telepar feitas no sistema reserva de mercado, sem concorrência das multinacionais que se beneficiam desse processo.

Paga o usuário, pagamos nós. Por isso é importante que o documento dos empresários tenham levantado este problema.

E desta tribuna, neste momento, antecipo a notícia do requerimento que estou apresentando, de um voto de louvor à iniciativa dos empresários.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. presidente, srs. deputados.

Nosso dever, nossa obrigação como deputado que somos, é defender os injustiçados; defender aqueles que não têm a prerrogativa que temos de termos um microfone, termos esta Casa, para verberarmos contra as injustiças que são praticadas contra nossos amigos e contra nossos correligionários.

Em Araucária, o prefeito Rogério Kampa está praticando as mais clamorosas injustiças contra o funcionalismo daquele município. Ao redor de 100, aproximadamente 100 funcionários foram demitidos e a condição sine qua para que o funcionário permaneça nas funções da prefeitura, quer seja funcionário ou professora, é desfiliação do PDS e filiação ao PMDB.

Abominamos esta espécie de política; detestamos e execramos os homens públicos que praticam tais atos. A eles o nosso desprezo, a eles a nossa desconsideração. Estamos solidários com os funcionários que foram contratados e por anos estão na Prefeitura Municipal de Araucária, as professoras. Somos solidários com eles e protestamos solidários contra esta atitude discricionária, contra esta atitude parcial praticada pelo prefeito Rogério Kampa.

Nós, desta tribuna, estamos demonstrando, sr. presidente, srs. deputados, que aqui voltaremos se toda esta gama de injustiças continuarem a ser praticadas contra os funcionários de Araucária.

Entendemos que, na hora em que o governo estadual e o governo federal estão praticamente unidos em defesa do bem comum, o governo federal injetando recursos no governo estadual para que os flagelados tenham os seus problemas resolvidos, e o prefeito de Araucária deveria, a exemplo do que ocorre entre o governo estadual e o federal, esquecer as questões da campanha de 82, e preservar aqueles homens e aquelas mulheres que tanto necessitam das suas funções para sobreviver.

É este nosso apelo, e esperamos que o sr. prefeito Rogério Kampa atenda aos nossos reclamos e a nossa sugestão: faça com que aqueles funcionários marginalizados possam ser readmitidos e, assim, de cabeça tranqüila possa enfrentá-los e participar deste Paraná, sem ódio, sem ressentimento, porque, de outra forma não teremos condições de permitirmos que o Governo do Estado continue sendo prestigiado pelo governo federal. Se guerra é guerra, vamos fazer também com que as discriminações ocorram do governo federal para o governo estadual.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, srs. deputados.

A cassação, pela vez segunda, do deputado Léo de Almeida Neves da presidência do Banco do Estado do Paraná, nos faz trazer uma pergunta: quem é que está governando o Estado do Paraná? José Richa ou Erasmo Garanhão? Se esta pergunta fosse formulada a uma criança da escola rural, lá do fundão, por certo esta criança responderia: o governador do Paraná é o Erasmo Garanhão, porque nunca vi um Secretário de Estado com tantos poderes e aparecer tanto na imprensa escrita, falada e televisada, falando em nome do governo, como acontece com o sr. Erasmo Garanhão. É um massacre, mais uma vez, neste País, do tecnocrata contra o político.

O episódio do Banestado, para nós, políticos — e isto foi discutido em bancada — significa um massacre do tecnocrata sobre o político. E o sr. Léo de Almeida Neves, político de renome, cassado certa vez pelo AI-5, de triste memória, foi cassado, pela segunda vez — e agora pelo seu partido, pelo PMDB, pelo meu partido, pelo PMDB.

A tecnocracia realmente mata este País. Nós vimos ou notamos em Brasília um "trio" formado por Delfim Neto, Carlos Langoni e pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, um trio que está a sufocar, a matar a Nação brasileira. E aqui no Paraná, se o governador José Richa não abrir os olhos, vamos ter a formação de um "trio" em menor escala, mas como o trio de Brasília. O "Delfim Neto do Interior" nós já temos, é o sr. Erasmo Garanhão. Agora ele quer formar o seu trio. Ele é o Delfim Neto, precisa evidentemente de um Carlos Langoni, então tem que derrubar Léo do Banestado para nomear Carlos Langoni no Banestado. E abra os olhos o vice-governador do Paraná, presidente do BADEP, que pode ser ele o outro homem a cair; para esse cargo ser ocupado pelo Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o terceiro nome de um trio que mata a Nação brasileira e que pode vir a sacudir também o território do Paraná.

Nós queremos, como integrantes da bancada do PMDB, é que o nosso governador José Richa, que pregou efetivamente austeridade, que pregou firmeza, como nós, em palanques, por este Paraná a fora, que pregou ação e liderança, ele a tem. Queremos que ele assuma a liderança efetiva do Estado do Paraná.

Nós o queremos de volta, governador José Richa, a chefiar, a comandar o PMDB do Estado do Paraná, a comandar as lideranças do Estado do Paraná, e não aceitamos que essas lideranças sejam comandadas por um secretário de Estado, no caso o sr. Erasmo Garanhão.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Observei três minutos. Vossa Excelência me permite um fecho?

O SR. PRESIDENTE — Infelizmente no Pequeno Expediente não é possível. A Mesa informa que este controle está em pane.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Então só uma observação, excelência.

Na reunião da bancada, ontem, o sr. Erasmo Garanhão chorou. Lembro a todos que Nero, enquanto chorava, incendiava Roma.

Que se cuide o Paraná.

Obrigado. (Palmas) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. presidente, srs. deputados.

Há alguns dias atrás escutamos, nesta Casa, uma denúncia formulada pelo deputado Gilberto Carvalho, com relação à

corrupção nas Ciretrans de Barbosa Ferraz e Ivaiporã. O nosso líder tão logo tomou conhecimento destas denúncias, encaminhou ao Sr. Chefe do Detran, uma correspondência, para que as mesmas fossem apuradas. O dr. Mário Stamm, de pronto, substituiu interinamente os chefes das Ciretrans de Barbosa Ferraz e de Ivaiporã e, ao mesmo tempo, designava uma comissão para a apuração dos fatos.

Na tarde de hoje, com tristeza e com pesar, assisti pela Rede Globo de Televisão, Canal 12, a notícia de que o Chefe da Ciretran de Ivaiporã tinha sido afastado por corrupção.

Srs. deputados, esta comissão designada pela chefia do Detran nem se deslocou ainda até Ivaiporã. E o chefe daquela Ciretran já está sendo taxado de corrupto.

Não podemos, de maneira nenhuma, agir desta forma. Temos que respeitar os homens. Temos que respeitar os companheiros, até que as provas digam o contrário. Aí sim, se for comprovada a fraude, que os culpados sejam punidos, que os culpados sejam responsabilizados. Mas, enquanto não existirem as provas, vamos respeitar os companheiros.

Vimos fazer esta denúncia. Vimos libertar, desmascarar o nome do Chefe da Ciretran de São João do Ivaí, que, até prova em contrário, consideramos honesto. Que até prova em contrário, não aceitamos, em hipótese alguma, que sejam taxados de corruptos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, sr. deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Eu participei, já por diversas vezes em Cascavel e aqui em Curitiba, de reuniões promovidas pela Secretaria da Indústria e do Comércio, e desde a primeira reunião que participei, dirigida pelo secretário Francisco Simeão, tem o secretário dito da intenção de transformar o Cendi, o órgão daquela Secretaria, num instrumento das empresas do Paraná, formando para o Cendi um grupo de negociadores que possam amparar as empresas do Paraná, quer conseguindo contratos a longo prazo no exterior, para a venda e colocação dos produtos fabricados por nossas empresas, quer no próprio Brasil, conseguindo mercado para os produtos das nossas empresas e também buscando mercado e empresários para que fabriquem aqueles produtos que a Secretaria, através do Cendi, seu grupo de negociadores possa colocar no mercado interno e no mercado externo.

É uma proposta ousada da Secretaria da Indústria e do Comércio e do secretário Francisco Simeão e que muitos têm olhado com ceticismo, mas eu que conheço Francisco Simeão, vejo o seu empenho, o seu esforço, sua dedicação frente àquela Pasta, fico satisfeito em poder trazer à Assembléia um telex, a cópia de um telex em que uma empresa do Paraná atesta a correção dos métodos que tenta e está colocando em execução na Secretaria de Indústria e Comércio, o secretário Francisco Simeão.

Sr. presidente, vou ler um telex enviado ao diretor superintendente do Cendi, pela empresa Harald, da Cidade Industrial de Curitiba - assunto Exportações. (Lê): "Em vista das retrações no mercado atual da Harald, antevendo dificuldades, recorreremos a este órgão em meados jun 83. Apresentamos abaixo alguns dos resultados alcançados e em andamento decorrentes do apoio e das informações prestadas pelo Cendi:

- | | |
|---|-------------|
| País | Negociação: |
| Argentina — Antenas HF, UHF e satélite, recebemos visita eng Miguel Seijas | |
| Equador — Torres/Antenas para sistemas rurais e multicanal, visita 2 diretores / letel | |
| Paraguai — Torres e antenas para retransmissão e distribuição TV em UHF | |
| França — 14 torres para sistema de microondas, visita do Project Manager fase adiantada negociação. | |

Brasil — Torres SHF CVRD, fase final negociação

Peru — Antenas para transmissão e recepção sinais satélite. As negociações permitem antever fechamento de contratos no valor de US\$ 1.8 milhão até final 83.

Sentimos necessidade apoio adicional V. Sas. para transpor algumas dificuldades negociações com Equador e Peru cujos valores são expressivos".

Portanto, está aqui uma prova concreta do resultado que vem alcançando a política implementada pelo Secretário Francisco Simeão à frente da Secretaria da Indústria e do Comércio, mais especificamente junto ao CENDI. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Cesar Abreu, Vereador na Câmara Municipal de Guarapuava.

Está encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na noite de ontem, a Comissão de Saúde desta Casa, após mais de oito anos, sem promover nenhum debate aberto ao público, realizou, sob a presidência do companheiro Nelson Vasconcellos, importante debate sobre o tema do momento; sobre o tema ou do controle da natalidade.

Esse tema, que até poucos meses atrás estava ausente das preocupações dos parlamentos, e das organizações da sociedade civil, voltou à baila, com as imposições que o Fundo Monetário Internacional, através do seu protocolo, firmado com o Governo brasileiro, dispôs exigindo do Governo Federal, uma clara definição por uma política controlista em termos demográficos.

Vou me permitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recolocar alguns dos argumentos que, na noite de ontem, tivemos oportunidade de expor, justificando o posicionamento pessoal e de segmentos das entidades de saúde, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, últimos documentos da própria Associação Médica Brasileira, entidade de enfermagem, serviço social e outras, em que se colocam francamente contrárias à proposta do planejamento familiar. Espero que ao trazer o tema para esta sessão plenária, possa contribuir para que aos poucos a definição sobre a política demográfica, que consigamos, cada um e todos nós, a defender, seja aos poucos sedimentada e aprofundada.

São seis os motivos básicos pelos quais nós nos norteamos para assumir um posicionamento contrário à proposta de planejamento familiar. E o primeiro deles, (lendo): "se prende ao fato de que da mesma forma, como tempos atrás, seus defensores utilizaram os termos "Paternidade Responsável", ela não passa de um eufemismo mais atualizado da proposta de controle de natalidade. Ou seja, trata-se de uma proposta que tem seus fundamentos teóricos na teoria neomalthusiana, tida como decrépita pelo moderno pensamento científico. Da mesma forma como sua versão original, elaborada por Malthus no Século XVIII, foi desmentida pelos fatos na própria Inglaterra (aquela estória de que o crescimento dos povos tendia a se processar em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentava em progressão aritmética), o entendimento neomalthusiano de que o desenvolvimento econômico de uma nação é obstaculizado pelo aumento acelerado da sua população não resiste a uma simples mirada na história mundial dos últimos 50 anos. Aqueles que a fizeram, desprovidos de preconceitos ideológicos, notarão facilmente que os obstáculos reais ao progresso das nações, felizmente já superado por muitos povos neste Século XX, devem-se à vigência de uma ordem econômica (interna e externa) incapaz de dar resposta às exigências de um mundo em transição. Falando mais claramente, obstáculos reais ao desenvolvimento econômico são: o latifúndio improdutivo, a concentração de renda, a exploração do capital financeiro, o monopólio do comércio internacional etc. Nenhuma nação moderna avançou no seu desenvolvimento às cus-

tas de políticas demográficas controlistas, mas sim superando os verdadeiros obstáculos e pela via da mais ampla e democrática participação política do seu povo sobre os rumos da sua organização social.

Segunda razão: devemos ser contrários à proposta de Planejamento Familiar porque no Brasil, hoje, falar-se em explosão demográfica é uma tolice. É desconhecer minimamente a realidade brasileira. É ignorar os imensos espaços vazios que nosso território apresenta. É estar desatualizado em relação aos estudos demográficos que os censos decenais permitem. É desconhecer a curva do crescimento demográfico brasileiro que, se chegou a assustar as autoridades e dar fôlego aos argumentos neomalthusianos (como Roberto Campos, Rubens Vaz da Costa, Simonsen) ao apresentar na década de 50 a taxa de três por cento, hoje encontra-se em franco declínio pois, se na década de 70 já era de 2,5%, os estudos atuais apontam 2,1%. Ou seja a população brasileira cresce hoje a taxas inferiores às da década de 40 (2,4%). E isto tudo como reflexo quase que exclusivamente do processo de industrialização/urbanização das últimas duas décadas que acarretou uma ampliação das camadas médias urbanas e permitiu uma elevação do nível de conhecimento e uma mudança nos padrões culturais até mesmo de segmentos das camadas populares. Portanto, a explosão demográfica no Brasil, hoje, é mito. Melhor dizendo, é um fantasma que serve aos interesses de alguns poucos comprometidos com interesses antinacionais e assusta a muitos que ingenuamente a confundem com o descompasso entre Urbanização acelerada das populações e insuficiência de infra-estrutura social e urbana das grandes cidades. Aliás, convenhamos, é bem mais cômodo jogar a culpa na capacidade "exacerbada" de proliferar do povo brasileiro, do que admitir os erros de uma política agrícola que expulsa o homem do campo e do que reconhecer o esvaziamento dos orçamentos públicos no setor habitacional, de saúde, de educação, de transportes etc.

Terceira razão: devemos ser contrários à proposta de Planejamento Familiar porque sua fundamentação filosófica, ideológica, é fascista. Vamos lá, um pouco de história para quem não conhece as origens das propostas controlistas. Em seu início, como tantas outras iniciativas, o controle da natalidade, expressão usada pela primeira vez por Margaret Sanger em 1912, pretendia servir a uma razão justa, que era a da libertação feminina. Margaret dissociava a sexualidade da maternidade e foi, em razão disso, perseguida e processada. Uma contemporânea sua, Mary Ware Dennet, criou, em 1915, a Sociedade para o Controle de Nascimentos. Em breve o que parecia ser um movimento feminista se transformava em uma bandeira ideológica, com a sua associação aos eugenistas. A eugenia, ciência criada por Francis Galton, surgiu em 1869. Galton estudou a genealogia dos homens eminentes do seu tempo, concluindo que era possível melhorar a raça humana através da seleção dos casamentos. Depois de Galton surgiu Karl Pearson, que foi mais além: afirmou que a alta taxa de natalidade entre os pobres constituía uma ameaça à civilização e defendeu a tese de que as raças superiores tinham o dever de suplantarem as inferiores. Em 1926 a *Sociedade Eugênica Americana* é fundada, sob o princípio de que os brancos são superiores às demais raças, e que, entre os brancos, os nórdicos são a nata racial. Antes, no entanto, Mary Stopes criara em 1922 a *Sociedade para um Controle da Natalidade Construtiva e Progresso Racial*. Estava definitivamente assentada a associação ideológica entre o racismo, com a eugenia, o controle de natalidade e o fascismo. Quando, em 1942, é criada a *Planned Parenthood Federation of America*, o capitalismo norte-americano se une à cruzada — e, atualmente a *International Planned Parenthood Federation* dá continuidade mundial à obra de Galton, Pearson, Mary Stopes e Hitler. No Brasil esta campanha tem um nome: *Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil*, a BENFAM. Daí porque já nos manifestamos, na tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná, e hoje aproveita-

mos a ocasião para renovar nosso apelo de que seja rescindido o convênio firmado pelo Dr. Oscar Alves, ex-Secretário da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná com a BENFAM. Não é mais admissível que o Governo do Paraná e a sociedade paranaense continuem respaldando oficialmente as atividades deletérias que a BENFAM realiza no país e que resultaram recentemente no rompimento de convênio similar que a mesma mantinha com o Governo do Ceará.

LEMBRETE: Governo dirigido pelo PDS.

Quarta razão: pela qual nos devemos posicionar contrariamente a uma proposta de planejamento familiar. Porque, mesmo antes de ser oficializada no País, a sua execução extra-oficial com "vistas grossas" pelo Governo Federal a atividades de inúmeras entidades internacionais como é o caso da BENFAM, já tem resultado em situações como: trinta e três por cento das mulheres, em Manaus, dezessete das piauienses e quinze por cento das paulistas já estão esterilizadas; na cidade do Estreito, em Maranhão, noventa e nove por cento das mulheres em idade fértil receberam a aplicação de DIU; às regiões mais despovoadas do País, como o Norte, o Centro-Oeste, os índices de fecundidade baixaram quarenta e um por cento no espaço de seis anos, entre 70 e 76.

Fico a imaginar quantas dessas milhares de mulheres não tenham, a estória, parecida com a da jovem Letânia, publicada na "Folha de São Paulo", na semana passada, dona de casa, dois filhos, esterilizada, hoje psicologicamente perturbada por não entender as razões e as conseqüências da operação que fez, será que há cerca de 300 mulheres esterilizadas aqui em Curitiba, no serviço da COFAM - Centro de Orientação Familiar e Assistência à Mulher, entidade conveniada com a BENFAM, estão imunes a situações semelhantes? Felizmente o atual Governo já solicitou e conseguiu que essa entidade se retirasse do Hospital Victor do Amaral no qual desempenhava as suas funções, de forma irregular, irregular do ponto de vista legal, inclusive. O único caso como o da jovem Letânia já me basta para tomar consciência da farsa que se esconde atrás de justificativas pseudo-humanitárias de defesa do programa de planejamento familiar, como se fosse verdade que, uma família de favela, com dois filhos, leva uma vida melhor do que uma família de favela, com dez.

Quinta e penúltima razão do nosso posicionamento, contrário às propostas de planejamento familiar — pelo fato de que: a proposta correta seria, em termos de melhoria dos níveis de saúde da mulher, e que, ao se colocar, ao se propor propostas como essas do planejamento familiar, ou, controle da natalidade, ou, paternidade responsável que são sinônimos, em termos de proposta, essas propostas impedem, dificultam a que o verdadeiro e um real programa de atendimento à saúde da mulher visando ao atendimento integral e não simplesmente ao seu útero, venha a ser efetivado no País. É o caso, por exemplo, do recentemente criado Programa de Saúde da Mulher, do Governo do Estado de São Paulo, Governo Montoro, que, além de atender à demanda por concepção e por contracepção, visa a assistência pré-natal, assistência nutricional, assistência ginecológica, à prevenção do câncer ginecológico e das mamas, ao tratamento da esterilidade, das doenças sexualmente transmissíveis etc.; planejado para ser desenvolvido como parte de uma programação global executada pela rede básica de saúde, o Programa de Saúde da Mulher em São Paulo assume postulados que o diferenciam totalmente das propostas de planejamento familiar, senão vejamos:

Primeiro postulado do programa de São Paulo:

"Contribuir para a desmistificação de falácias tanto antinatalistas como as natalistas, ou seja, como condição fundamental para a melhoria do nível de vida da população pobre, e para a superação dos problemas de desenvolvimento do País. Não se deve esperar que, do crescimento da população decorra, automaticamente, a soberania nacional, ambas, tanto as pro-

postas natalistas como as antinatalistas, são grosseiras simplificações ideológicas, uma vez que, a raiz dos problemas políticos e econômicos está no modelo político de desenvolvimento adotado por um determinado país."

Segundo postulado:

"Dissociar-se claramente de uma política demográfica, isto é, não visar interferir na fecundidade quer para reduzi-la, mantê-la ou aumentá-la. Não tendo objetivos controlistas, o Programa de Saúde da Condição Feminina do Governo Montoro em São Paulo procura tornar igualmente acessíveis, o tratamento da esterilidade e o acesso aos meios anticoncepcionais aos que necessitarem de um, ou outro".

Terceiro postulado:

"Estar sempre integrado num programa global de saúde e de educação sexual, a fim de evitar uma visão segmentada nas necessidades humanas, e isolamento da função reprodutora, quer do âmbito da saúde, quer do contexto sócio-cultural no qual ela se exerce."

E o quarto e último postulado, que fundamenta a proposta de saúde da mulher do Governo de São Paulo e que inclusive faz parte, este especificamente, da proposta recente do próprio Ministério da Saúde, que se contrapõe à proposta do Sr. Delfim Neto na área da CEPLAN que atendendo os ditames do Fundo Monetário Nacional, tenta criar um departamento super ministerial ligado diretamente à Presidência da República, para implantar o controle da natalidade no País e esse postulado diz: "O programa visa incentivar a igualdade entre os homens e mulheres no que se referem ao envolvimento nas questões da reprodução, o que evidentemente está em estreita dependência no estabelecimento de relações igualitárias em todos os domínios, inclusive no trabalho produtivo entre homens e mulheres.

Sexta e última razão, para nós também evidência cifra do real posicionamento do movimento de mulheres conscientes e vinculado às questões nacionais, muito ao contrário de boa parcela das senhoras que ontem participaram do debate à noite democraticamente, colocando o seu posicionamento mas que, na nossa concepção, mulheres participantes do movimento feminista nacional, mas que tem um comportamento político e ideológico afinado com o atual Governo Federal e que, portanto, evidentemente, não poderiam concordar com as nossas propostas, e a representante da corrente do movimento feminista brasileiro, do movimento de mulheres, ao qual de fato atribuímos a representatividade da grande maioria das mulheres brasileiras, e que gostaríamos aqui de, ao citar, dar como referência, como ponto referencial do que pensam as mulheres brasileiras, na palavra de Marta Suplicy, que já disse que o que resolve o problema, "é a distribuição de riquezas e não de pílulas". O controle da natalidade surgiu no Japão e na Holanda depois que os dois países estavam desenvolvidos, com uma boa distribuição de renda e um alto nível de vida.

Na Índia e Paquistão andam esterilizando gente há décadas e por causa disso não ficaram nem mais ricos e nem mais desenvolvidos. O que resolve é dar uma justa remuneração aos trabalhadores e criar empregos para todos. O resto é apenas consequência.

Senhor Presidente, senhores Deputados, espero que o debate sobre a questão demográfica, sobre a política demográfica, isenta de passionalismo, venha a ter o espaço crescente aqui nesta Casa a ponto de que, posições equivocadas, venham a ser corrigidas e a ponto de que os integrantes de um partido e de outro, venham a ter um posicionamento claro no momento em que a decisão a respeito do assunto venha a ser colocada nas mãos dos representantes do Paraná nessa bancada.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Dez minutos para o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — (No horário da Liderança) Senhor Presidente, senhores Deputados.

Esse Parlamentar continua a procurar a verdade sobre a exoneração do Sr. Léo de Almeida Neves da Presidência do Conglomerado BANESTADO.

Muitas versões foram levantadas, servindo como pano de fundo. Na realidade a exoneração não foi motivada apenas por motivos políticos, muito embora Léo de Almeida Neves, um político traquejado, fosse realmente uma pedra no sapato de muita gente.

Essa segunda cassação doeu em Léo de Almeida Neves, muito mais do que a primeira, porque foi cassado pelos próprios companheiros de partido.

O Governo do Estado não teve a habilidade para conduzir o processo. E essa inabilidade acabou explodindo na reação de Deputados, de Vereadores, de Prefeitos, e de pessoas até não vinculadas ao episódio. Sabemos que foi oferecido uma Secretaria de Estado ao seu Léo de Almeida Neves e ele não aceitou. Uma vez que havia sido rotulado de incompetente à frente da Presidência do BANESTADO — como poderia querer outro cargo no Governo?

As versões foram muitas volto a repetir, alguns chegaram a teimar que a cabeça do presidente foi uma exigência de setores do Governo Federal, outros, de um setor da frente — que é o PMDB —, estariam ampliando seus tentáculos na voracidade do domínio do setor financeiro-econômico do Estado. Prefiro ficar com a segunda hipótese. E mais, a divulgação pelo seu Léo de Almeida Neves de que existe onze bilhões e quatrocentos milhões em crédito de liquidação do Banco do Estado do Paraná S.A., e que apenas sete clientes são responsáveis por uma dívida de vinte bilhões de cruzeiros, realmente é assustar muita gente importante do próprio partido e da própria diretoria do BANESTADO.

Esses bilhões foram liberados irresponsavelmente para grupos apadrinhados em governos passados. Esses negócios familiares é que acabaram deixando o Banco do Estado do Paraná na situação em que se encontra hoje. E os responsáveis, onde é que estão os responsáveis pela situação pré-falimentar do Banco? Continuam frequentando os corredores palacianos e influenciando nas decisões de diretoria, naquele estabelecimento de crédito.

O Paraná conhece muito bem esse jogo de interesse, o PMDB muito mais. A estrutura viciada e corrupta desses últimos vinte anos, continua servindo aos interesses — escusos — dos patrões de ontem que não detêm mandato, mas continuam mandando, com a complacência do Sr. Governador.

Não são poucos os lances da exoneração do seu Léo de Almeida Neves. O que estamos exigindo do Governo do Estado, é que os podres venham à tona e que os ratos sejam expulsos do porão. Mas para isso é necessária a coragem de um Brizola e a audácia e a convicção e a determinação de um Iris Resende. Se um homem cassado com princípios democráticos afinado com o programa do PMDB, pode ser cassado, pelo próprio PMDB, por que é que os 18 mil que foram contratados o ano passado com fins puramente eleitorais, podem permanecer?

Queremos a verdade e exigimos a verdade dos fatos. Chegamos ao poder neste Estado com a mensagem de moralização e da participação popular. Entendemos, é claro, que ainda não deu tempo para implantar totalmente a verdadeira filosofia do partido, mas se o espaço é muito curto para colocar em prática tudo que foi pregado nos palanques, entendemos também, que neste curto espaço de tempo, certos setores querem manter uma estrutura de favorecimentos implantada pela ex-ARENA hoje PDS e que continua vigorando.

Exigimos no caso do BANESTADO, a apuração dos atos

de corrupção que envolvem a agência do Paraguai, como também os nomes dos responsáveis pela liberação de bilhões e bilhões de cruzeiros que foram jogados em crédito de liquidação, isto é prejuízo para o Banco.

Na CPI da corrupção, vamos exigir o esclarecimento desses fatos, para salvaguardar a própria imagem do Governador, do exonerado Léo de Almeida Neves e muito mais, para salvaguardar a imagem do partido, pois ele é o nosso mecanismo de ação e de pressão. E, desnudar de vez o Sr. Jucundino Furtado e os seus asseclas, responsáveis pelo estado de falência do BANESTADO atualmente.

A exoneração do Sr. Léo de Almeida Neves foi tramada por aqueles que querem manter a estrutura de corrupção que existe dentro do Banco do Estado do Paraná S.A. E o pior é que aqueles que querem manter tudo como está, são pessoas influentes e que tomam decisões do PMDB. Que fique deste episódio uma certeza. Nós pessoalmente não estamos nesta Casa para curvar a espinha e nem ficar de cócoras. O mandato é passageiro. A dignidade e o comportamento moral são definitivos e perenes. O partido é definitivo.

E, acima de Fiori, de Garanhão, e de Richa, existe um partido, autoridade maior. E este partido deve ser preservado. **O Sr. Roberto Requião** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, eu também tenho algumas indagações a fazer a respeito dessa crise no BANESTADO.

O BANESTADO se encontra em dificuldade, realmente, se encontra em dificuldade. E no momento em que o Deputado Léo de Almeida Neves, Presidente do Banco joga na rubrica de perdas as dívidas de uma série de grupos, uma pequena série de grupos de pessoas, se deflagra todo esse processo de substituição.

Eu gostaria de indagar e formalizarei isso nesta Assembléia, na próxima semana, quais as empresas públicas do Estado do Paraná não obedeceram a determinação do Governador José Richa, de realizar seus depósitos no Banco do Estado do Paraná, o nosso banco em dificuldades tão grandes e tão conhecidas. Quais, e por quê?

E, neste rol de empresas públicas eu lembro nesta plenária, que mesmo a Assembléia Legislativa deixou de fazê-lo não sendo uma empresa pública, sendo um outro Poder, e deixou de fazê-lo depois de ter sido um dos itens da plataforma que elegeu a nossa Executiva; o dinheiro da Assembléia Legislativa passou a freqüentar bancos privados enquanto o nosso Banco do Estado do Paraná estava estrangulado, desobedecendo uma determinação da própria bancada.

Não entendo que espécie de resistências fazem com que decisões soberanas da Bancada do PMDB, hoje no Poder, e determinações do Governador José Richa sejam desobedecidas. Porque o Banco do Estado do Paraná não é o grande cobrador de impostos, impostos do Estado do Paraná.

Precisamos esclarecer estas indagações. Esclarecidas estas indagações poderemos entender um pouco melhor o que está por trás da crise da mudança da direção do nosso Banco.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário. Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Ouvimos atentamente o Sr. Deputado Fiori Luiz, quando ele acha que a ARENA, a ex-ARENA estava mancomunada com o BANESTADO. Ele nos deixou numa situação meio complicada e difícil com a orientação do Paraná e com a opinião pública do Paraná e do Brasil. Só que grupos econômicos, não dos Deputados que aqui estão. Nós que pertencemos à ARENA de Jaime Canet, nós que pertencemos à ARENA de Ney Braga, de Emílio Gomes e de Parigot de Souza, não podemos ficar calados e também pedir ao Deputado Fiori Luiz que dê nome aos "bois" porque nós pertencemos à ARENA desde 1964, e depois o PDS. E nós devemos ao Banco do Estado, mas pagamos os nossos juros, e queria que o ilustre Deputado Fiori Luiz, por gentileza, dissesse no seu próximo pronunciamento, dos Deputados que têm "mumunha" no Banco do Estado, dos Deputados que se locupletaram no Banco do Estado.

Vossa Excelência, meu querido e amigo falou a "grosso modo" o que seria o pensamento do Paraná, o que seria o pensamento do nosso povo a pensar que homens da ARENA, homens íntegros, aproveitaram do Banco do Estado. Nossas contas de campanha, estamos pagando-as, como estão pagando todos os Deputados da antiga ARENA e do PDS, como todos os homens de bem do Paraná. Queria, Deputado Fiori Luiz, que Vossa Excelência citasse, por favor, o nome aos "bois" para que não fique a dúvida no nosso povo, para que não fique a dúvida em uma minoria aguerrida que votou em nós, porque Vossa Excelência falou a grosso modo, dizendo que os homens do PDS estão comprometidos com o Banco do Estado. Se Vossa Excelência exigir, se o Senhor Presidente do Banco do Estado que há de assumir, nós resolveremos as nossas dívidas em vinte e quatro horas...

O Sr. Ailton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momentinho... Em vinte e quatro horas, Deputado Fiori Luiz, porque nós pagamos, e o Banco do Estado não faz mais do que a obrigação de aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo, recebendo os juros devidos. Vossa Excelência tem o aparte.

O Sr. Ailton Cordeiro — Deputado Gabriel Manoel, nós ouvimos o pronunciamento anterior, e acompanhamos o aparte do Deputado Roberto Requião e agora ouvimos atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência.

Eu gostaria de informar à Casa que não só a Assembléia Legislativa que não se ocupa com a preocupação que deve ter de depositar o seu dinheiro no Banco do Estado do Paraná. Recebi há dois dias atrás uma denúncia de Vereadores, companheiros meus de um município do interior (eu apurarei melhor para trazer fatos concretos à Casa). O Prefeito aplica no "open" e no "over" o dinheiro da Prefeitura em outro banco que não o Banco do Estado do Paraná, tendo agência no seu Município, do BANESTADO. Eu creio que é importante que o Governador do Estado — e o Prefeito é do PMDB, o Prefeito do PMDB., que o Governador determine aos seus Prefeitos que façam uso, que se utilizem da rede do Banco do Estado do Paraná.

Acho isso altamente paranista, acho isso necessário e, ao mesmo tempo, vai significar o fortalecimento da nossa principal instituição de crédito. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e queria tão somente contribuir para o debate com esta informação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito agradecido, Deputado Ailton Cordeiro.

E, prosseguindo, eu diria qual é a equação, a força coercitiva que tem o Poder Executivo na ingerência da Comissão Executiva da Assembléia. São dois poderes distintos; seus dignos membros da Comissão Executiva acharem por bem aplicarem o dinheiro em outros bancos é uma democracia participativa do poder econômico.

É a democracia, senhor Presidente, é a democracia, senhores Deputados, onde não há de haver imposição e ingerência

indébita de um Poder sobre o Poder Legislativo, ou nós continuamos claudicantes como "vaca de presépio", ou nós damos força à nossa Comissão Executiva que mereceu o nosso voto. Eles devem aplicar o dinheiro nos bancos em que for necessário e que melhor renda der à Assembléia. Não é obrigatório. Nós não somos "vaca de presépio" do Poder Executivo. O Poder Legislativo é um Poder independente, senhor Presidente. Se Vossas Excelências aplicam o dinheiro em outros bancos, era para bem servir os Deputados. É para bem servir à Casa, para bem servir o Paraná. Não temos nada contra o Banco do Estado. Mas achamos que o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, são três Poderes distintos e haveremos de, dentro do complexo de nossa orientação, nos voltarmos para a democracia e nunca curvamos sob outro Poder, que quer, com ingerência indébita manusear, dizer ou puxar os cordões do Presidente, do Secretário, sobre o que devem fazer. Seria a falência das elites, a própria falência do Poder Legislativo.

Agradeço a Deus de termos uma Comissão Executiva como temos, porque sabem o que fazem, sabem o que querem. É isto que precisamos.

O BANESTADO é um banco paranaense, mas os outros bancos também estão aqui no Paraná. Eles aplicam também em despesa com funcionários paranistas. E por que só o BANESTADO? Por que só o BAMERINDUS? Vamos abrir um leque para que o Paraná dê um exemplo de democracia. Para que não haja mais ingerência indébita. Para que digamos um basta para as "vaquinhas de presépio". Para que o tergal do "senta, levanta", seja dito um basta para os homens que se curvam no momento de se dar uma decisão. Neste momento quero me parabenizar com a nossa Comissão Executiva. E muito bem! Não se curve, Presidente. Não se curve, Secretário. Porque haveremos de trazer uma democracia paranista e não haveremos de tolerar ingerência indébita de outro Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante de seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Deputado Tuguio Setogutte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Tuguio Setogutte, por vinte minutos.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna neste momento para num chamamento do colega Márcio Almeida, levamos as nossas contestações e os nossos arrazoados, perante as explicações feitas hoje, através desta tribuna, e ontem quando tivemos oportunidade de, numa mesa redonda, discutirmos o problema do planejamento familiar.

Alegre-me muito o caro Deputado Márcio Almeida de ter trazido à tribuna, por mais uma vez, este problema, quando ontem fomos bastante desiludidos e, porque não dizer, decepcionados ficamos, diante da afirmativa do Sr. Secretário da Saúde, de que este problema não era tão importante que coubesse, ou que valesse, uma mesa redonda daquele quilate, ou daquela envergadura e com pessoas de expressão nacional que, de tão longe, para esta Capital se deslocaram. No afã, no intuito de trazer a sua colaboração, da mesma maneira que a nossa pessoa, devem ter levado uma impressão das piores, diante daquele momento e do exposto pelo então Secretário, na noite de ontem.

Queremos dizer também, e aqui lembrar a esta Casa que, infelizmente, quando uma convidada do Rio de Janeiro aqui esteve, a Doutora Romy, da impossibilidade de trazer perante os presentes da noite um filme de 16 mm, pela não possibilidade de emprestar ou ao menos de a Casa ter um aparelho para que o mesmo fosse exibido. É lamentável e nós aqui, da tribuna, queremos pedir à Comissão Executiva para que olhas-

se e atentasse para esses pequenos detalhes, que não condizem com as condições de uma Assembléia Legislativa, principalmente, no momento, em que eu sempre venho a esta tribuna, repito, a Executiva, tanto esforço está fazendo para levar bem alto o nome dos integrantes desta Casa de Leis.

Mas eu queria apenas e tão simplesmente dizer aos Deputados e àqueles que acompanham o problema do planejamento familiar, que apenas por uma pesquisa feita pelo Governo Federal, por uma pesquisa feita pelo jornal a "Folha de São Paulo" e pela pesquisa feita por um instituto de pesquisas de São Paulo nesses últimos dois anos, quando dá uma porcentagem de pessoas favoráveis ao planejamento familiar entre todas as classes sociais e em todo o nosso extenso território nacional, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, a porcentagem de aprovação da população para que haja um planejamento familiar, ultrapassa a setenta por cento de pessoas entrevistadas.

E o que mais argumenta a favor da possibilidade e de momento oportuno que nós discutimos esse assunto, é que entre essa mesma população contrários ao planejamento familiar não chega a cinco por cento da população e nós achamos que o povo é soberano, o povo é absoluto e o povo e a ele é que nós temos que dar a satisfação é a razão de nós estarmos aqui presentes e de trazermos as suas legítimas aspirações, principalmente, este problema familiar.

Se um país é de uma dimensão imensa, se existe mais ou menos população, isto nós não vamos entrar nesta consideração, nós achamos que tantos povos com densidade baixa ou com densidade muito alta, não depende realmente da sua condição econômica, mas sim da estrutura do seu povo da educação e da educação que nós lhes damos e neste ponto o Brasil teve uma formação talvez não tão privilegiada quanto outros povos, talvez não tenha tido a felicidade de ter de há muito tempo ou a longos anos ter tido as suas vistas voltadas para esse problema, daí é de nós estarmos hoje, quando o Deputado Márcio Almeida a pouco dizia, que 2,4% é razoável o índice da natalidade, o índice de crescimento, nós contestaríamos porque nada melhor do que um gráfico trazido e demonstrado por todos os demógrafos de que todos os países em condições boas, ele tem um nível no máximo em torno de 1% de desenvolvimento. Daí a nossa razão de estarmos aqui a dizer e a pregar, não como diríamos aquele planejamento familiar que se quer confundir, e quando se diz realmente que o Fundo Monetário Internacional, ele quer interferir no problema do controle da natalidade, nós diríamos que o problema da natalidade ele já vem no Brasil sendo e perseguido, mas sem com tanta ênfase desde 1964, e mais precisamente, em 1970, já através de pronunciamento do ex-Presidente Emílio Médici e uma decisão oficial apenas a partir de 1974.

Mas, devido a dificuldade emergencial em que nós estamos no momento, dificuldades econômicas, financeiras, que está levando o Brasil, realmente, a uma situação de insolvência, que não é desconhecido nem pelos brasileiros e nem pelo mundo internacional. Nós queríamos dizer, que economia não se pode fazer uma avaliação, sem que se tenha as medidas básicas de uma população.

Eu acho que elas caminham juntas, eu acho que há que se discutir, há que se planejar, há que se dar oportunidade às pessoas, principalmente aqui no Brasil, que é a classe mais humilde, que não tem acesso aos meios anticoncepcionais, e realmente ontem também na classe menos abastada, o índice de natalidade, o índice de nascimento é muito grande.

O Sr. Márcio Almeida — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tuguio, eu ouço atentamente o seu parecer a respeito do tema, que eu creio que o fato de que os países desenvolvidos, tenham hoje a sua taxa de crescimento, como o senhor bem disse, em torno de 1, 0,8, 0,7%; serve justamente para argumentar o oposto daquele sentido que o senhor vem

dispondo, ou seja, os países na medida em que se desenvolvem, que a sua população modifica os seus padrões populares, em que a distribuição da renda se faz mais harmonicamente, consequência dessa situação, é a redução da taxa de crescimento argumentado, como sendo uma causa do crescimento econômico do País. Isso em termos de contrapondo à argumentação de Vossa Excelência.

E segundo ponto, Deputado Tuguio, o fato do debate sobre o planejamento familiar, como o senhor fez referência ao comentário que o secretário Luiz Cordoní, na participação da mesa de ontem, como tendo minimizado a importância do debate, eu acredito que não tenha sido bem esse o entendimento. Aí há uma divergência entre a gente, de que o comentário dele sim, foi de que a questão do planejamento familiar, dentro dos serviços de saúde, em termos de adquirir uma prioridade, não cabia, na concepção que ele, com a qual nós, do PMDB concordamos, de que de fato, as medidas de concepção e anti-concepção, não são prioritárias num país em que as doenças infecciosas, em que as doenças preveníveis por vacinação, ainda são as mais comuns e as que se situam nos primeiros lugares, nos índices de natalidade e morbidade. Jamais o Secretário de Saúde, teve a intenção de minimizar a importância do debate a respeito do tema. Talvez em virtude de o senhor ter se ausentado um pouco antes do encerramento do debate e quando o Secretário pôde, então, desenvolver um pouco mais o seu raciocínio, tendo sido afinal ele que ficou durante tanto tempo, tendo sido afinal cumprimentado pelas colocações. E a própria participação dele na Mesa, demonstra a importância que ele dá para o debate. A divergência assim que houve, foi de que o tema em termos de adquirir prioridade, na organização do serviço e saúde, é que não se deveria. E nesse particular, eu concordo inclusive com o posicionamento dele. Só para tentar, no meu ponto de vista, repor algumas colocações.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado. Não tem dúvida, Deputado Márcio, companheiro médico, como nós, que atentamente tem procurado também se interessar pelo assunto; nessas condições eu retiro realmente as minhas críticas; e até me alegro de saber que está ocupando um espaço dentro da problemática de saúde, o de lugar devido, que é o planejamento, porque realmente nós entendemos que economia, população e saúde, realmente assim como educação, têm que caminhar juntos. Nem por isso, num momento como o nosso, que a curva de 2,4%, como dizia Vossa Excelência já se considerava satisfeito, nós achamos que ainda é bastante pequena. Nós podemos ainda dentro da instrução e dentro de levar o conhecimento e o planejamento às pessoas que não tenham possibilidades, nós tenhamos a certeza de que chegaremos aí em torno de um por cento e, eu tenho a certeza absoluta de que seria o ponto ideal segundo o que consta em todos os livros e que nós temos sempre a oportunidade de observar.

Mas, nós ainda nos estenderíamos por mais vezes a este assunto em resposta à argumentação e, eu queria lembrar ao Deputado Márcio, de que realmente, São Paulo não apenas agora sai com esta fórmula que Vossa Excelência traz e trouxe ontem para o debate como desde 1974 eles têm um serviço que não foi desfeito até hoje, através em convênio com a UNICAMP e a USP, cujo detalhe em outra oportunidade nós aqui traremos e que temos acompanhado e que sempre é de bom alvitre que nós façamos referência, porque São Paulo sempre teve mais capacidade devido a sua condição econômica e industrial e sempre se antecipa a outros Estados brasileiros.

E queria para encerrar por hoje esta minha participação, dizer que nós concordamos plenamente que deve ser feito um trabalho, principalmente, quanto ao problema da denominação do controle de natalidade e planejamento familiar e paternidade responsável, nós também concordamos com Vossa Excelência.

Acho que só se chegará a um planejamento familiar desde

que se dê assistência à mãe, desde que se assista a criança. Única e exclusivamente ver os números e jogar ao povo, eu acho que nada adiantará.

Dá a nossa razão e aqui estaremos sempre que possível, fazermos com que a população seja alertada, que seja dada, principalmente, a condição desses controles para as pessoas que não tenham essa possibilidade.

Apenas um exemplo, eu queria dizer aqui dentro desta Casa, nós já fomos procurados por funcionários que impossibilitados de fazer o seu planejamento familiar, o IPE não tendo essa possibilidade e custando em torno de quarenta mil cruzeiros um DIU, porque, as pílulas, os comprimidos, ela não é capaz, tem problema de saúde que a incapacitam de tomar essas pílulas, ela está sem possibilidade há mais de 90 dias por falta justamente de numerários.

Porque, o IPE apenas indica o médico que a possui e a envia e essa nossa funcionária desta Casa, além de pagar a consulta, ainda tem que pagar o DIU, que eu acho que nós temos que realmente nos conscientizarmos, é darmos todas as condições para que realmente as pessoas possam fazer o seu planejamento familiar de acordo com a sua consciência, de acordo com o seu esposo, de acordo com a capacidade, inclusive, financeira do seu lar.

A igreja, que mais combate, que mais tem dado ênfase ao problema de não planejamento familiar, Vossa Excelência como nós deve ter acompanhado e nós entraríamos na filosofia e na temática do Padre Charbonô sempre tem pregado aos quatro cantos de que realmente o probalismo nessa questão, pelo menos da natalidade, é um fato e a igreja, inclusive, poderia nos ajudar bastante através de ilustração e através da educação das famílias, a igreja que tem uma estrutura como nenhuma outra organização no Brasil.

Dá a oportunidade que nós fazemos e o apelo que fazemos aqueles padres, principalmente, aqueles teólogos mais atinentes com o problema que vem se desenvolvendo nos últimos tempos façam ver a outros que realmente tem que ser discutido e tem que ser levado à Mesa um assunto tão importante quanto a este do planejamento familiar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição n.º 94/83 e Proposta de Emenda Constitucional n.º 84/83.

A Mesa com base na Resolução n.º 2/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar dos dias 22, 23 e 24 do corrente mês, para o oferecimento de Emendas às Proposições n.ºs 84 e 94/83, propostas de Emenda à Constituição do Estado de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos e Edmar Luiz Costa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em Plenário, do Sr. Lázaro Désar, ex-Deputado Estadual.

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Ao referido Projeto a Emenda Substitutiva de autoria do

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, nos seguintes termos: (Lê a emenda).

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto de Lei n.º 12/83. — **Aprovado.**

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO ART. 2.º
AO PROJETO DE LEI N.º 12/83**

O Art. 2.º do Projeto de Lei n.º 12/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — Esta lei não beneficiará aqueles serventurários que já utilizaram das anistias anteriores, concedidas pelas Leis n.º 7.210, de 17/10/79 e n.º 7.498, de 1.º/10/81."

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

APOIAMENTO: Ferrari Júnior, Nestor Bapstita, Márcio Almeida, Rubens Bueno, Adhail Sprenger Passos, Antônio Anibelli, Osvaldo Alencar Furtado, Orlando Pessuti, Mário Pereira, Roberto Requião, Amélia Hruschka, Tadeu França, Hermas Brandão, Djalma de Almeida Cesar, Caíto Quintana, Gernote Kirinus, Trajano Bastos e Paulo Furiatti.

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/83, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto", o estabelecimento de ensino de segundo grau da cidade de Cascavel. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/83, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que eleva para 11 (onze), o número de Vereadores à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para a próxima Legislação. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI e OUTROS, que concede ao Sr. Teotônio Brandão Vilela, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 04/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo datado de 29/11/82, ao convênio celebrado em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 14/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 23/82, celebrado em 27/12/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Inajá. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/83 (Mensagem e ex-Proposição n.º 11/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Aprovado, arti-**

go por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente e Cultural Desportiva dos Servidores Públicos do Centro Cívico - ABCD/CC, com sede e foro em Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 28, de 12/04/83).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 23/83

De autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, o presente Projeto de Lei n.º 23/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Beneficente, Cultural e Desportiva dos Servidores Públicos do Centro Cívico", com sede e foro nesta Capital.

Baixado em diligência e cumpridas as formalidades legais, a matéria objeto do Projeto de Lei está em condições de ter os trâmites legais, por esta Casa, já que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor. (Lei n.º 6.994, de 10/01/78).

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/83, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Mães de Pranchita", com sede no município do mesmo nome e foro na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste - PR. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 29, de 13/04/83).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 29/83

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, pretende declarar de utilidade pública a "Associação Beneficente de Mães de Pranchita", com sede no Município do mesmo nome e foro na Comarca de S. Antônio do Sudoeste - PR.

O processo está devidamente instruído, atendendo as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, anexo ao mesmo encontra-se:

— Relatório de Atividades da Associação;

— Estatutos da mesma, devidamente registrados em Títulos e Documentos;

— Pelo Estatuto também se confere que a entidade não distribui lucros, e os membros da Diretoria não são remunerados;

— Que possui personalidade jurídica a mais de um ano.

Nestas condições, o projeto é Constitucional, a forma está adequada ao Regimento Interno, por isso nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 42/83, de autoria do deputado NILSO SGUAREZI, que denomina "Vereador Pedro José da Silva", a rodovia Pr-469, que liga Pato Branco - Itapejara — Verê e Dois Vizinhos. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 41, de 04/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 42/83

PARECER

I — O nobre deputado Nilso Sguarezi pretende com o presente projeto de lei, denominar a rodovia PR-469, que liga Pato-Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos, com o nome do vereador PEDRO JOSÉ DA SILVA.

II — Nenhum óbice de natureza legal se antepõe à homenagem desta natureza através de leis oriundas do Poder Legislativo.

III — Diante da justificativa apresentada com o projeto de lei, que ora se discute, nota-se claramente que a matéria é de incontestável mérito, por isso, outro não poderia ser o entendimento desta Comissão, a não ser o da aprovação.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/83

A proposição em tela, de autoria do nobre deputado Nilso Sguarezi, pretende denominar a rodovia PR-469 que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos, de Vereador PEDRO JOSÉ DA SILVA.

Apesar da existência de nomenclatura oficial das estradas de Rodagem do Estado, através de numeração precedida da sigla do Estado, tornou-se praxe, não só no âmbito Estadual como no âmbito federal homenagear pessoas que se destacaram, de uma ou de outra forma, dentro da comunidade, nomenclaturando estradas rodoviárias com nomes dessas pessoas.

Analisando a justificativa ao projeto em questão, chegamos à conclusão que é merecida a homenagem que se pretende dar ao falecido Pedro José da Silva, conhecido em vida como Pedrinho Barbeiro, pelo trabalho encetado em prol dos colonos da região.

Somos de PARECER favorável à presente proposição.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1983.

(aa) MÁRIO PEREIRA — Presidente;
DONATO GULIN — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 49/83, de autoria do deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO PARANÁ — APEP", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 49, de 16/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/83

O nobre deputado Roberto Requião propõe a declaração de utilidade pública à Associação dos Procuradores do Estado do Paraná com sede e foro no município de Curitiba.

A documentação anexada comprova a existência de todos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 6.994, de 12 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a matéria.

A iniciativa encontra conforto na Constituição, é jurídica e obedece às formalidades regimentais.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 56/83, de autoria do deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "UNIÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA PIEDADE", com sede e foro em Sarandi-Pr. Com parecer favorável e substitutivo geral da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 52, de 19/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 56/83

Visa o nobre deputado Luiz Gabriel Sampaio com o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a União Beneficente Nossa Senhora da Piedade, com sede no município de Sarandi.

Analisando-se a matéria deparamos que a entidade referida já foi declarada de utilidade pública através da Lei nº 6.418, de 06 de julho de 1.973, quando aquele município era Distrito de Marialva. Assim sendo, a entidade não teve qualquer modificação a não ser com relação à sua sede que passou a ser a do município de Sarandi.

Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de que a lei 6.418, deva ser alterada com relação à sede da entidade, o que estamos providenciando através da Emenda Substitutiva que anexamos à presente.

Com isso o parecer é favorável, na forma da Emenda Substitutiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 56/83

Súmula: Dá nova redação ao Art. 1.º da Lei nº 6.418, de 06/07/73.

Art. 1.º — O Art. 1.º, da Lei nº 6.418, de 06 de julho de 1.973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a União Beneficente Nossa Senhora da Piedade, com sede e Sarandi".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

Apoioamento— Anibal Khury, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Ivan Gubert e Artagão Mattos Leão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 70/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "OBRA SOCIAL DA CRUZADA NACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO", com sede na cidade de Ponta Grossa.— Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 60, de 31/05/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/83

De autoria do nobre deputado Odeni Mongrue, o projeto epigrafoado objetiva declarar de utilidade pública a "OBRA SOCIAL DA CRUZADA NACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO", com sede na cidade de Ponta Grossa.

A documentação que acompanha a proposta correspondente e plenamente às exigências contidas na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e está de acordo com o Regimento Interno.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
GILBERTO CARVALHO — Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do deputado FUAD NACLI, solicitando 30 (trinta) dias de licença, para tratamento de saúde.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Marinha Brasileira, bem como ao senhor Ministro da Marinha, por haver construído, instalado e equipado à Escola de Fluviais do município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos senhores presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como às lideranças de todos os partidos políticos nas duas Casas do Congresso, manifestando sua posição contrária à aprovação do Decreto-Lei nº 2045, que estabelece reajuste salarial em oitenta por cento do INPC.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro da Fazenda, encarecendo informações referentes ao pagamento da última cota do Fundo de Participação dos Municípios, que teve seu valor reduzido a cinquenta por cento do que deveria ser recebido pelas prefeituras.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário do Interior e presidente da Sanepar, visando a extensão da rede de água e implantação da rede de esgotos no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Planejamento, encarecendo esclarecimentos referentes à verba designada a UPES, e que até o momento não foi liberada à diretoria.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, apelando para que, no projeto da nova lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o distrito judiciário de Santa Rosa D'Oeste, no município de Terra Roxa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário da Segurança Pública e diretor do Detran, encarecendo intervenção na Ciretran do município de Barbosa Ferraz, bem como o afastamento do responsável pelo órgão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o asfaltamento da estrada que liga os municípios de Campo Mourão-Araruna-Terra Boa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário da Agri-

cultura e diretor presidente da Cafe do Paraná, visando a criação e instalação de uma unidade de integração na sede do município de Pérola.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário da Agricultura e diretor presidente da Cafe do Paraná, visando a criação e instalação de uma unidade de integração, no município de Icaraíma.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, anexando requerimentos de autoria deste parlamentar, visando a implantação definitiva do Parque Marumbi.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao senhor delegado federal da Agricultura, visando a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola-Cenea, no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao senhor secretário da Agricultura, visando a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola-Cenea, no município do Centro Nacional de Engenharia Agrícola-Cenea, no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro da Previdência Social, apelando no sentido do sobrestamento das ações judiciais propostas contra os municípios do Paraná, com o objetivo de cobrar dívidas previdenciárias, e que do mesmo se dê ciência aos representantes paranaenses na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro da Agricultura, visando a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola-Cenea, no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando solidariedade desta Casa de Leis às reivindicações propostas pelas classes produtoras do Estado, representadas pela Cotriguaçu, Sudcoop, Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Associação Paranaense dos Suinocultores e Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná — Caciopar, consubstanciadas em documento endereçado ao senhor ministro da Agricultura, e que cópia desse documento seja apenso ao requerimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente aos senhores secretário da Administração e à Sanepar, por intermédio da secretaria do Interior, encarecendo informações sobre os critérios adotados para licitação dos serviços de empresas especializadas em conservação, guarda e limpeza, tendo em vista e disparidade de condições exigidas pelos dois órgãos, para serviços de igual natureza.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo estudos para pavimentação da estrada que liga os municípios de Terra Boa a Araruna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando atender às reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Humaitá, pela passagem do terceiro aniversário da mesma, bem como se dê ciência do mesmo aos senhores diretores dessa emissora de rádio difusão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, encarecendo alocação de verba, destinada à Associação de Pais e Mestres da Escola Ribeiro de Campos, do município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor geral do DNER, encarecendo a construção do contorno rodoviário da BR-369, na entrada do município de Bandeirantes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com a população do distrito de Entre Rios, pela colaboração, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele distrito à sede do município de Guaparuva.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com a população do distrito de São João, pela colaboração, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele distrito à sede do município da Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Badep, por intermédio da secretaria das Finanças, encarecendo informações referentes aos critérios adotados para a aval fornecido à Servix-Engenharia S/A.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 34/83, que dá nova redação ao artigo nº 51, da Lei Complementar nº 02, de 16 de junho de 1973.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 102/83, o qual autoriza o Poder Executivo efetivar como funcionários estatutários, servidores que, contratados pelo regime CLT, contem ou venham contar com mais de dois anos de serviços prestados ao Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputado Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, o município de Rio Bom, passe a pertencer a Jurisdição da Comarca de Apucarana.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo providências na exclusão das emissoras de rádio e televisão da "tabela para cálculo da taxa de segurança", anexa à Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando seja ofi-

ciado expediente ao senhor secretário dos Transportes, sugerindo a implantação de via de acesso pavimentado, ligando Lovat, Município de Umuarama, à BR-323. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo o fornecimento de materiais para a reconstrução de pontes e rodovias, no Município de Mamborê. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações referentes ao empréstimo externo entre o Governo do Estado e o Banco Nacional do Norte - BANORTE S/A. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, manifestando o apoio desta Casa de Leis à iniciativa de industriais brasileiros, oferecendo ao Ministério do Planejamento, sugestões para a solução da crise que assola o País. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja oficiado expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que o mesmo tome providências quanto a supostas arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia do Município de Prudentópolis, bem como o afastamento daquela autoridade. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, o requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério na verdade é uma denúncia contra o sr. delegado de polícia de Prudentópolis. Muito embora o requerimento não tenha a forma formal e adequada para tramitar na Casa, na verdade não passa de um simples discurso e não tem a forma regimental. Endossamos o pedido do sr. deputado, para que seja remetido este expediente ao secretário de Segurança Pública, de vez que já fizemos um apelo ao sr. secretário de Segurança Pública, para que determine providências no sentido de apurar as denúncias que constam deste expediente.

E eu acredito que, toda a denúncia que a Casa receba desta natureza, de autoridades que investidas de poder possam cometer arbitrariedades, estas denúncias devem ser apuradas.

Por isso o nosso voto é favorável ao requerimento do deputado, muito embora a forma como ele foi proposto não atenda aos requisitos regimentais.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. presidente, como representante daquela região, eu gostaria de endossar as palavras do nosso líder, deputado Nilso Sguarezi, e fazer neste momento uma solicitação também ao sr. secretário de Segurança, para que culpados sejam punidos, porque não comungamos com a corrupção. Não comungamos e não aceitamos a corrupção.

Queremos então que este requerimento seja encaminhado ao sr. secretário de Segurança, para que ele mande apurar, e se houver verdade, que os culpados sejam devidamente punidos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação o requerido pelo sr. deputado Erondy Silvério. Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o trecho do Rio das Cinzas, ligando os municípios de Santo Antônio da Platina a Bandeirantes. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com alunos do curso de Desenho Industrial da UFP, pela projeção do aparelho "Plandi" (Plantio Direto), que ganhou o primeiro prêmio na categoria de profissionais, estudantes e pesquisadores, no Concurso Implemento Agrícola para o Pequeno Produtor Rural. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Confaz - Conselho de Política Fazendária, para que em sua próxima reunião examine a possibilidade de reduzir o imposto sobre circulação de mercadorias - ICM, para o comércio de carros usados, de 20 para 10 por cento. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao sr. prefeito municipal de Londrina, por medidas que possibilitaram economia aos cofres públicos. - **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa informa a vossa excelência, que esse requerimento está em fase de votação. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 12/83.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 10 e 13/83.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 23, 29, 42, 49, 56 e 70/83.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 52, 64 e 65/83.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 4.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1983

(Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Sabino Campos e Sérgio Spada.

Às 16:40 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezí, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Franca, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Não tendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 45/83, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, em 07/03/83, através da secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras, em conformidade com o "Pronoroeste" - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 07 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTO PARANÁ, AMAPORÃ, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, DOURADINA, FÊNIX, FLÓRIDA, FRANCISCO ALVES, GUAIARAÇÁ, GUAPOREMA, INAJÁ, INDIANÓPOLIS, IVATUBA, LOANDA, MARILENA, MIRADOR, MIRASSELVA, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA AURORA, NOVA LONDRINA, PARANACITY, PÉROLA, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA INÊS, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TUNEIRAS DO OESTE e XAMBRE, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.^o - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente
GILBERTO CARVALHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 58/83 que aprova convênio número 20/83, celebrado em 11/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando construção do Terminal Rodoviário do referido município. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Convênio n.º 20/83, celebrado em 11 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de NOVA CANTU, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município.

Art. 2.^o - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente
GILBERTO CARVALHO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

ERRATA

No Diário da Assembléia n.º 77, de 30 de junho de 1.983.
Onde se lê:

RESOLUÇÃO N.º 35/83

Data: 30 de junho de 1.983.

SÚMULA: Acresce o artigo 39 do Regimento Interno, do inciso que especifica, criando a Comissão de Reivindicações Populares.

LEIA-SE:

RESOLUÇÃO N.º 34/83

DATA: 30 de junho de 1.983.

SÚMULA: Acresce o artigo 39 do Regimento Interno, do inciso que especifica, criando a Comissão de Reivindicações Populares.